

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

Solicita realização de Audiência Pública para discussão acerca do crescimento do comércio eletrônico no Brasil e o seu impacto na geração e empregos e renda, tributação, ambiente de negócios e acesso da população a bens de consumo.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Permanente para discutir o tema “Crescimento do comércio eletrônico no Brasil e o seu impacto na geração de empregos e renda, tributação, ambiente de negócios e acesso da população a bens de consumo”. Para tanto, de modo a enriquecer o debate, sugerem-se os seguintes convidados:

- Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas;
- Secretária de Competitividade e Regulação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Andrea Pereira Macera;
- Presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, Maurício Salvador;
- Presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo, Jorge Gonçalves Filho;
- Diretor Executivo da Shopee no Brasil, Jean Carlos Del Castillo;
- Diretor-geral da Shein no Brasil, Felipe Feistler;
- CEO da OLX no Brasil, Andries Oudshoorn;
- Presidente e um dos co-fundadores da Mercado Livre, Stello Tolda;
- Presidente da Amazon Brasil, Daniel Mazini.

JUSTIFICAÇÃO

As análises de mercado para o comércio eletrônico ou e-commerce no Brasil apontam um cenário de vigoroso crescimento nos próximos anos. Em 2022, de acordo



com os últimos dados consolidados pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), as vendas chegaram a um faturamento de R\$ 169,6 bilhões, com quase 370 milhões de pedidos. Isso representa aproximadamente 10% das receitas de todo o varejo nacional. O estudo The Global Payments Report, realizado pela empresa de tecnologia financeira FIS, estima que a alta do e-commerce no Brasil será de 95% até 2025. Um patamar que representa o dobro da média global. A estimativa é que a venda de produtos pela internet alcance mais de R\$ 400 bilhões em movimentação no país nos próximos 24 meses.

Nos últimos anos, impulsionado diretamente pela mudança nos hábitos de consumo em virtude da pandemia de Covid-19, o Brasil experimentou rápida alavancagem nos números envolvendo o comércio eletrônico. Atualmente, é o país com maior receita nas vendas na América Latina (US\$ 49,2 bilhões) e com maior parcela de tráfego na web para varejistas, com 84%, segundo dados da Retail X em seu estudo Latin America 2022 Ecommerce Region Report.

A velocidade com que o setor ganha força no país, bem como a recente discussão sobre novas regras tributárias para plataformas internacionais de e-commerce, liderada pelo Ministério da Fazenda, enseja um debate aprofundado acerca da extensão dos seus impactos na atividade econômica brasileira. Desde a geração de postos de trabalho formais, efeito renda e modernização do arcabouço tributário. Até o reflexo na competitividade de empresas nacionais, consolidação de um ambiente de negócios onde a concorrência aconteça em condições de igualdade e proteção dos direitos dos consumidores.

Hoje, pouco mais de um terço das 100 maiores empresas que atuam no e-commerce brasileiro são nacionais. Outros 30% têm sede nos Estados Unidos (18%) e China (12%). Outro dado relevante para o debate público aqui proposto é o perfil do consumidor brasileiro: 45% têm abaixo de 35 anos. Além disso, com a retração na criação de novas vagas formais de emprego nos últimos anos, o comércio eletrônico se tornou importante vetor de empreendedorismo, especialmente no segmento B2B (Business To Business), especializado na venda para empresas – seja liderando a venda de produtos próprios, seja intermediando transações.

Diante de tamanho alcance na vida dos brasileiros, consideramos fundamental que esta Comissão possa promover um debate rico e completo sobre os impactos do comércio eletrônico para desenvolvimento socioeconômico do Brasil, solicitamos aos nobres pares o apoio à realização de tal audiência pública nesta Comissão de Indústria,



Comércio e Serviços.

Sala das Comissões,

Apresentação: 16/05/2023 10:51:07.633 - CICS

REQ n.18/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237873895600>

